

6ºRTD-RJ - 1346923

Emitido em 20/12/2016 11:10:56  
MVA 13.54(FET) 6648.97(L) 6281.1329.17  
Assinado em 1662.21055 1749.55 / Total 46910.09  
Via 2 (MVA) 4 (FET) 54 (L) 500.000.000  
Prot. Est. RJ / Av. N.º 101

1ºRTD CAMPINAS  
REGISTRO 192.139



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CALANGO 6  
ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

entre

6ºRTD-RJ 21.12.2016  
PROT. 1346923

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.  
*como Emissora*

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*como Agente Fiduciário*

com a intervenção de

NEOENERGIA S.A.  
ELEKTRO HOLDING S.A.  
*como Fiadores*

Datado de  
14 de novembro de 2016



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## ÍNDICE

6RTD-RJ 21.12.2016  
PROTOD. 1346923

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES .....	2
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	3
CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA.....	4
CLÁUSULA IV DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	5
CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO, DAS DEBÊNTURES E DA OFERTA RESTRIITA .....	6
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA .....	20
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	22
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS .....	30
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO.....	38
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	48
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....	49
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	54



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- I. de um lado, na qualidade de emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

**CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78 – Sala 101 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.560.837-0001-13 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o Número de Inscrição do Registro de Empresas – NIRE 33.3.0031075-4, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

- II. de outro lado, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada de acordo com seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

com a intervenção de,

- III. na qualidade de prestadores da Fiança (conforme definido abaixo):

**NEOENERGIA S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de fiadora ("Neoenergia"); e

**ELEKTRO HOLDING S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala B, Jardim América, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.295.139/0001-87, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de fiadora ("Elektro Holding" que, em conjunto com a Neoenergia, "Fiadoras");



*[Handwritten signature]*





sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Fiadoras doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, celebrar a presente "*Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Calango 6 Energia Renovável S.A.*" ("Escritura de Emissão"), que será regida pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada pela Emissora com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 14 de novembro de 2016 ("AGE da Emissora"), na qual foram aprovadas: (i) a realização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como seus respectivos termos e condições, incluindo a celebração de aditamento à Escritura de Emissão para ratificação do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e, se for o caso, para a redução da quantidade de Debêntures emitidas e, consequentemente, do efetivo Valor Total da Emissão, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo; e (ii) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Emissora, bem como formalizar e efetivar a contratação do Coordenador Líder, do Agente Fiduciário, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo Escriturador, Banco Liquidante e CETIP.

1.2. A presente Escritura de Emissão é celebrada pelas Fiadoras com base nas deliberações: (i) do Conselho de Administração da Neoenergia em reunião realizada em 25 de agosto de 2016 ("RCA da Neoenergia"), na qual foi deliberada a prestação da Fiança, bem como seus principais termos e condições, em conformidade com o Estatuto Social da Neoenergia; e (ii) do Conselho de Administração da Elektro Holding em reunião realizada em 14 de novembro de 2016 ("RCA da Elektro Holding") que, em conjunto com a RCA da Neoenergia, "RCAs das Fiadoras", na qual foram deliberadas (a) a prestação da Fiança, bem como seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Elektro Holding para praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à Fiança, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o Estatuto Social da Elektro Holding.





## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), é feita com observância aos seguintes requisitos:

- (i) *Arquivamento e publicação de deliberações societárias.* A AGE da Emissora e a RCA da Neocenergia serão arquivadas na JUCERJA e publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Valor Econômico", e a RCA da Elektro Holding será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Valor Econômico".
- (ii) *Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos pela Emissora, tempestivamente e às suas expensas, na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora se compromete a: (a) protocolar esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos junto à JUCERJA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura; e (b) entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e seus aditamentos devidamente inscritos na JUCERJA (ou, se for o caso, cópia eletrônica (PDF) da referida Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos com a devida chancela digital da JUCERJA que comprove o efetivo registro) em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de sua inscrição.
- (iii) *Registro da Fiança.* Em virtude da Fiança a que se refere a Cláusula 5.8 abaixo, a ser prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora, tempestivamente e às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da circunscrição das sedes das Partes, qual seja, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Campinas, Estado de São Paulo ("Cartórios de RTD"). A Emissora compromete-se a: (a) protocolar esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos em cada um dos Cartórios de RTD no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura; e (b) entregar ao Agente Fiduciário: (1) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada em cada um dos Cartórios de RTD; e (2) 1 (uma) via original dos respectivos aditamentos, devidamente registrados em referidos cartórios, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do seu registro.
- (iv) *Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira.* As Debêntures serão depositadas em mercado de balcão organizado para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e





operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP; e (c) custódia eletrônica na CETIP.

- (v) *Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia.* A Oferta Restrita será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei nº 12.431”) e do Decreto Presidencial nº 8.874, de 16 de outubro de 2016 (que revogou o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011) (“Decreto 8.874”), para financiamento de projeto de investimentos no setor de energia (“Projeto de Investimentos”), o qual, nos termos da Lei nº 12.431 e do Decreto 8.874, foi considerado como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da (a) Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 443, de 15 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2015, (b) Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 470, de 16 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2015, e (c) Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 442, de 15 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2015.
- (vi) *Dispensa de Registro na CVM.* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de início e de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476.
- (vii) *Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).* Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

### CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a participação nas SPes Santana como sócia, assim como: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica, do Parque Eólico Calango 6, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito do Parque Eólico Calango 6, incluindo os serviços correlatos que venham





a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; (ii) prestar serviços de operação e manutenção, assistência técnica, reparos e construção de sistemas relativos a atividades relacionadas à produção e/ou geração de energia elétrica e similares de interesse restrito do Parque Eólico Calango 6; (iii) elaborar projetos técnicos na área de energia correlatos de interesse restrito do Parque Eólico Calango 6; e (iv) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

#### CLÁUSULA IV DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947"), os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para reembolso de gastos já ocorridos (e a serem ocorridos) no âmbito do Projeto de Investimentos, com a implantação dos parques eólicos de Calango 6, SPE Santana 1 Energia Renovável S.A. e SPE Santana 2 Energia Renovável S.A. (em conjunto, "SPEs Santana"), no valor total de R\$508.150.121,00 (quinhentos e oito milhões, cento e cinquenta mil e cento e vinte e um reais), que ocorreram em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, bem como os que virão a ocorrer até a sua efetiva conclusão, observadas as características descritas na Cláusula 4.2 abaixo. O Projeto de Investimentos foi considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431.

4.2. O Projeto de Investimentos tem as seguintes características principais:

- (i) *objetivo do Projeto de Investimentos:* implantação dos parques eólicos de Calango 6 e das SPEs Santana;
- (ii) *descrição da fase em que se encontra:* O projeto está em fase final de construção, todos os aerogerados já se encontram instalados e estão em fase de comissionamento;
- (iii) *volume estimado dos recursos financeiros necessários para realização do Projeto de Investimentos:* R\$508.150.121,00 (quinhentos e oito milhões, cento e cinquenta mil e cento e vinte e um reais); e
- (iv) *percentual que se estima captar com a Oferta Restrita, frente às necessidades de recursos financeiros do Projeto de Investimentos:* 9,84% (nove inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento).

4.3. Os recursos adicionais necessários para a conclusão do Projeto de Investimentos poderão decorrer de uma combinação de recursos que a Emissora vier a captar por meio de aporte de capital por seus acionistas, recursos próprios provenientes de suas atividades e/ou financiamentos, via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo), dentre outros, a exclusivo critério da Emissora.



4.4. Observado o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei 12.431, os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão poderão ser transferidos às SPEs Santana, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, para a implantação do Projeto de Investimentos, nos termos da Cláusula 4.1 acima.

## CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO, DAS DEBÊNTURES E DA OFERTA RESTRITA

5.1. Número da Emissão. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), uma vez que o efetivo valor total da Emissão dependerá da definição, em Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Cláusula 5.15 abaixo, dos Juros Remuneratórios das Debêntures, conforme percentuais indicados na tabela de escalonamento abaixo:

JUROS REMUNERATÓRIOS	VALOR TOTAL DA EMISSÃO (R\$)
até 7,00% (inclusive)	50.000.000,00
de 7,00% (exclusive) até 7,50% (inclusive)	49.000.000,00
de 7,50% (exclusive) até 8,00% (inclusive)	47.000.000,00
de 8,00% (exclusive) até 8,50% (inclusive)	45.000.000,00
de 8,50% (exclusive) até 9,00% (inclusive)	43.500.000,00
de 9,00% (exclusive) até 9,50% (inclusive)	41.500.000,00
de 9,50% (exclusive) até 10,00% (inclusive)	40.000.000,00

5.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 27 de dezembro de 2016 ("Data de Emissão").

5.2.2. Nos termos desta Escritura de Emissão, o efetivo valor total da Emissão será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado sem a necessidade de prévia aprovação societária da Emissora e das Fiadoras, ou de realização prévia de Assembleia Geral de Debenturistas neste sentido.

5.3. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

5.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, em série única.

5.5. Forma, Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo





Escriturador. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que será reconhecido como comprovante de titularidade para tais Debêntures.

5.6. Tipo e Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, não gozando os Debenturistas de preferência em relação aos demais credores quirografários da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

5.8. Fiança. As Fiadoras, por esta Escritura de Emissão, obrigam-se e declaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras, sendo cada Fiadora responsável pela proporção de 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido, sem que haja solidariedade passiva entre as Fiadoras, na forma do artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), obrigando-se pelo pagamento integral do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios, multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Valor Garantido" e "Fiança", respectivamente).

5.8.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.8.2. A Fiança é prestada pelas Fiadoras, de forma individual e não solidária, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

5.8.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.





5.8.4. A Fiança será paga pelas Fiadoras no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, inclusive em caso de recuperação judicial, decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

5.8.5. O pagamento citado na Cláusula 5.8.4 acima deverá ser realizado pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

5.8.6. As Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora, por qualquer valor honrado pelas Fiadoras nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.8.7. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.8.8. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento do Valor Garantido.

5.9. Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, e, observado o disposto na Cláusula 5.2 e seguintes acima, serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação à totalidade das Debêntures que serão objeto da Oferta Restrita, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Calango 6 Energia Renovável S.A.” (“Contrato de Distribuição” e “Garantia Firme”, respectivamente), com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo Investidores Profissionais.



8





5.9.1. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, observado o disposto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

5.9.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.9.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

5.9.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

5.9.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, caso venha a ser contatada por potenciais investidores interessados na Oferta Restrita, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar de tal contato, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação a tais investidores neste período.

5.9.5. Não será (i) concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures; (ii) constituído fundo de sustentação de liquidez; (iii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; ou (iv) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, independentemente de ordem cronológica.

5.9.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

5.9.7. No ato da subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Profissionais deverão realizar a entrega de declaração devidamente assinada, afirmando estar cientes e concordar, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (iii) a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do Código ANBIMA para Ofertas Públicas, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA; e (iv) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e na Escritura de Emissão.





5.9.8. Serão atendidos os clientes do Coordenador Líder que sejam Investidores Profissionais e que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros Investidores Profissionais, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais Investidores Profissionais atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

5.9.9. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539") e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (i) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (ii) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas que sejam Investidores Qualificados.

5.9.10. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

5.9.11. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição (i) da taxa final dos Juros Remuneratórios; (ii) da quantidade de Debêntures a serem efetivamente emitidas; e (iii) do Valor Total da Emissão, observado o disposto na Cláusula 5.15 abaixo ("Procedimento de Bookbuilding").



Handwritten signature and a circular stamp of the Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 9ª Câmara de Direito Privado, with the number 9 in the center.



5.9.12. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado sem a necessidade de prévia aprovação societária da Emissora e das Fiadoras, ou de realização prévia de Assembleia Geral de Debenturistas neste sentido, uma vez que (i) a taxa máxima de remuneração das Debêntures; (ii) a quantidade máxima de Debêntures a serem emitidas; e (iii) o valor total máximo da Emissão já foram deliberados por meio da AGE da Emissora, estando desde já a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento.

5.10. Prazo e Data de vencimento. A data de vencimento das Debêntures será 27 de junho de 2028 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de seu vencimento antecipado e/ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário Atualizado ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculado na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

5.11. Preço de Subscrição. O preço de subscrição de cada uma das Debêntures (“Preço de Subscrição”) será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo).

5.12. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional pelo seu Preço de Subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP (“Data de Integralização”), podendo ser integralizadas com deságio, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*.

5.13. Amortização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário imediatamente após a incorporação da Remuneração em 27 de dezembro de 2018 será amortizado mediante o pagamento de parcelas semestrais, sendo a primeira parcela devida em 27 de dezembro de 2020 e, a última, na Data de Vencimento. As parcelas de amortização serão atualizadas pela Atualização Monetária acumulada até a data de cada amortização. As parcelas serão amortizadas de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOM. UNIT. IMEDIATAMENTE APÓS A INCORPORAÇÃO DA REMUNERAÇÃO EM 27 DE DEZEMBRO DE 2018
27/12/20	6,0000%
27/06/21	4,0000%
27/12/21	4,5000%
27/06/22	5,0000%
27/12/22	6,0000%
27/06/23	6,5000%
27/12/23	7,0000%
27/06/24	8,0000%
27/12/24	9,0000%

27/06/25	9,5000%
27/12/25	10,0000%
27/06/26	10,5000%
27/12/26	8,0000%
27/06/27	3,0000%
27/12/27	2,0000%
27/06/28	1,0000%

5.14. Atualização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da primeira Data de Integralização, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA/IBGE” e “Atualização Monetária”, respectivamente), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou, conforme o caso, imediatamente após a primeira data de amortização das Debêntures, ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme a fórmula abaixo (“Valor Nominal Unitário Atualizado” e “Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado”, respectivamente):

$$VN_a = VN_b \times C$$

Onde:

$VN_a$  = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VN_b$  = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal remanescente após amortização do Valor Nominal Unitário ou incorporação da Remuneração, calculados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = Fator da variação acumulada do IPCA/IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dip}{dif}} \right]$$

Onde:

$k$  = número de ordem de  $NI_k$ , variando de 1 até  $n$ ;

$n$  = número total de números índices considerados na Atualização Monetária, sendo “ $n$ ” um número inteiro;





$NI_k$  = em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures, atualização pelo valor do número índice do IPCA/IBGE referente ao mês anterior. Após a Data de Aniversário das Debêntures, o valor do número-índice referente ao mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número índice do IPCA/IBGE referente ao mês anterior ao mês  $k$ ;

$dnp$  = número de Dias Úteis entre (i) a primeira Data de Integralização, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior, para os demais meses, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA sendo " $dnp$ " um número inteiro; e

$dnt$  = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo " $dnt$ " um número inteiro.

#### 5.14.1 Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão abaixo descrita são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento:
$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dnp}{dnt}}$$
- (ii) considera-se a "Data de Aniversário das Debêntures" todo o dia 27 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;
- (iii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

5.14.2 Se até a Data de Aniversário das Debêntures o  $NI_k$  não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição ao  $NI_k$  na apuração do Fator "C" um número-índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção", respectivamente) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do  $NI_k$ :

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$



Onde:

NI<sub>k</sub>p = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = conforme definido acima;

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelos órgãos responsáveis por seu cálculo/apuração.

5.14.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA/IBGE por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Evento de Ausência do IPCA/IBGE") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA/IBGE deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA/IBGE, o Agente Fiduciário deverá no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data do Evento de Ausência do IPCA/IBGE ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a Projeção, a ser calculada nos termos da Cláusula 5.14.2, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA/IBGE.

5.14.4 Caso o IPCA/IBGE venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada e o IPCA/IBGE, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para a atualização monetária do Valor Nominal Unitário desde o dia de sua indisponibilidade.

5.14.5 A taxa substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Debenturistas titulares das Debêntures representando, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por



Handwritten signature and a large blue checkmark.



cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira ou segunda convocação.

5.14.6 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, na Assembleia Geral de Debenturistas, por Debenturistas representando, em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, e desde que tenham transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução CMN nº 4.476 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculados *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização ou do Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, observado que, quando do cálculo da Atualização Monetária das Debêntures, será utilizada a Projeção, a ser calculada nos termos desta Escritura de Emissão.

5.14.7 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures nos termos da Cláusula 5.14.6 e não tenham transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Taxa Substitutiva das Debêntures deverá ser indicada por uma instituição autorizada, assim definida como sendo uma instituição financeira que (i) tenha classificação de risco mínima, em escala nacional, igual ao rating soberano da República Federativa do Brasil, conferidas pela Standard & Poors, Fitch Ratings ou seu equivalente pela Moody's, e (ii) declare não estar impedida ou em posição de conflito para efetuar tal indicação ("Instituição Autorizada").

5.14.8 Para fins de definição da Taxa Substitutiva das Debêntures na hipótese prevista na Cláusula 5.14.7, a Emissora deverá indicar, na Assembleia Geral de Debenturistas, 3 (três) Instituições Autorizadas, cabendo, em primeira convocação, aos Debenturistas representando, em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, escolher 1 (uma) das Instituições Autorizadas para indicação da Taxa Substitutiva das Debêntures.

5.14.9 Na hipótese de definição, conforme previsto nas Cláusulas 5.14.7 e 5.14.8, da Taxa Substitutiva das Debêntures, tal Taxa Substitutiva das Debêntures passará a ser utilizada para o cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a partir da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula 5.14.7 acima, sendo certo que a Emissora se obriga a, transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, resgatar antecipada e imediatamente, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 5.14.6, a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza.





5.14.10 As Fiadoras, desde já, concordam com o disposto nesta Cláusula 5.14, declarando que a eventual alteração do IPCA/IBGE não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 5.14, incluindo mas não se limitando ao aditamento à presente Escritura de Emissão.

5.15. Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, correspondentes a uma taxa equivalente à soma exponencial: (i) do percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2022 ("Tesouro IPCA 22") a ser verificada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme divulgado pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>); e (ii) de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a um percentual de 2,0% (dois inteiros por cento por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, a "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento das Debêntures, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula indicada abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

"J": valor da Remuneração relativa a cada uma das Debêntures, acumulada no período, devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNa": conforme acima definido;

"Fator de Juros": Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'FAT'.



Taxa = taxa a ser informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada na forma da Cláusula 5.15.

DP = número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização ou a data de incorporação de juros ou do último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo 'DP' um número inteiro.

5.15.1 "Período de Capitalização": Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de incorporação ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para incorporação ou para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida conforme disposto na Cláusula 5.17 abaixo.

5.16. Pagamento da Remuneração. A Remuneração incorrida desde a primeira Data de Integralização será incorporada ao Valor Nominal Atualizado, em uma única parcela, em 27 de dezembro de 2018, e será paga semestralmente (ou em período superior ou inferior, com relação ao primeiro e último Período de Capitalização, conforme o caso) a partir da referida data, sendo o primeiro pagamento no dia 27 de junho de 2019 e, o último, na Data de Vencimento, conforme datas indicadas abaixo:

DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES
27/06/19
27/12/19
27/06/20
27/12/20
27/06/21
27/12/21
27/06/22
27/12/22
27/06/23
27/12/23
27/06/24
27/12/24
27/06/25
27/12/25
27/06/26
27/12/26
27/06/27
27/12/27



17

100

17

17

27/06/28

- 5.17. Local de pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora: (i) no que se refere a pagamentos referentes às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou (ii) nos demais casos, por meio do Escriturador, do Banco Liquidante ou na sede da Companhia, conforme o caso.
- 5.18. Banco Liquidante e Escriturador. O banco liquidante e o escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001 12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador").
- 5.19. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração e Atualização Monetária aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 5.20. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária a ser cumprida por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.
- 5.21. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.20 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.
- 5.22. Publicidade. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores –





Internet (<http://rlncoenergia.com>) **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**) sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico" informando aos Debenturistas sobre a sua substituição.

5.23. Tratamento Tributário e Imunidade Tributária. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431.

5.23.1 Ressalvado o tratamento tributário diferenciado das Debêntures previsto na Cláusula 5.23 acima, caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes dos pagamentos relativos às Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio desta Escritura de Emissão.

5.23.2 Adicionalmente, caso a Emissora não utilize os recursos captados por meio da Oferta Restrita nos termos previstos na Cláusula IV acima, a Emissora deverá ser responsável pelo custo de todos os tributos incidentes sobre todos e quaisquer pagamentos devidos aos Debenturistas que estariam sujeitos ao tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, aplicando-se o ali disposto, inclusive o previsto no parágrafo 8º do artigo 1º e no parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 12.431. Nesse caso, todos os tributos que eventualmente incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos referidos Debenturistas, no âmbito da Oferta Restrita, serão suportados pela Emissora, ficando acordado que os referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores correspondentes a quaisquer tributos e/ou multas que incidam sobre tais pagamentos, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

5.23.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.23.2 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, em razão do não atendimento, pela Emissora e/ou pelas SPEs Santana, dos requisitos estabelecidos na referida Lei ou em razão de qualquer outro fato imputável à Emissora e/ou às SPEs Santana, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer





a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

5.23.4 Caso a Emissora não utilize os recursos obtidos com a colocação das Debêntures, dando causa ao seu desenquadramento nos termos do parágrafo 8º, do artigo 1º da Lei 12.431, esta será responsável pela multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor não alocado no Projeto de Investimentos.

5.24. Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

## CLÁUSULA VI

### RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo. É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, parcial ou total das Debêntures, salvo por meio da Oferta de Resgate Antecipado Total.

6.2. Oferta de Resgate Antecipado. Nos termos da Resolução CMN 4.476, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento após transcorridos 4 (quatro) anos (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis) contados da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado Total"):

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Total por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.23 desta Escritura de Emissão ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Total, incluindo (i) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, que deverá ser, no mínimo, 30 (trinta) dias após a data de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total ("Data do Resgate Antecipado Total"); (ii) a forma de manifestação dos Debenturistas à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total; (iii) o eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo ("Prêmio de Resgate"); e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total deverão se manifestar nesse sentido, de forma escrita, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total. Findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta





de Resgate Antecipado Total, caso Debenturistas representando ao menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado Total, a Emissora terá a prerrogativa de realizar o Resgate Antecipado Total da totalidade das Debêntures, e nesse caso deverá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Total, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures, qual seja a Data do Resgate Antecipado Total. Os Debenturistas que não aderiram à Oferta de Resgate Antecipado Total terão suas Debêntures resgatadas automaticamente e canceladas, no caso de adesão de Debenturistas representando ao menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

- (iii) o valor a ser pago aos Debenturistas em decorrência do resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração devida até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 5.15 desta Escritura de Emissão, e de eventual Prêmio de Resgate; e
- (iv) a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP e o Banco Liquidante sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado Total com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à data de sua efetivação.

6.2.1. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Total será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.3. Aquisição Facultativa. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao valor nominal unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

6.3.1. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos da Cláusula 6.3 acima poderão, desde que permitido pela regulamentação aplicável, observado inclusive o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável (sendo que, até a presente data, o CMN ainda não emitiu regras relativas à possibilidade de resgate ou pré-pagamento das Debêntures): (i) ser canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.





6.3.2. Para efeito de apuração de quórum nesta Escritura de Emissão, define-se como: (i) "Debêntures em Circulação", todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas: aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou Coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob Controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau; e (ii) (a) "Controle" (e suas variáveis) o poder de controlar determinada sociedade (1) isoladamente, por ser titular de direitos de voto que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, ou (2) por participar do bloco de controle regulado por acordo de acionistas ou sócios; e (iii) "Controladas Relevantes", as sociedades controladas pelas Fiadoras que representem 10% (dez por cento) da receita bruta consolidada das Fiadoras; e (iv) "Coligadas", as sociedades com relação às quais alguém detenha 20% (vinte por cento) ou mais do capital social votante, sem controlá-la.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3 abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá da Emissora ou das Fiadoras o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada hipótese, um "Evento de Inadimplemento"):

7.1.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo:

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento não sanado em 2 (dois) Dias Úteis da data do descumprimento;
- (b) (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora, pelas SPEs Santana e/ou pelas Fiadoras, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou das Fiadoras; (iv) se a Emissora e/ou as Fiadoras propuser(em) plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido





requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) liquidação ou dissolução da Emissora e/ou das Fiadoras;

- (c) extinção, encerramento das atividades, intervenção, liquidação, dissolução, pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, das SPEs Santana e/ou das Fiadoras não elidido pela Emissora, pelas SPEs Santana ou Fiadoras, conforme o caso, dentro do prazo legal, ou se a Emissora, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;
- (d) término antecipado, por qualquer motivo, dos contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado celebrados entre a Emissora e as SPEs Santana com as concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica, relativos ao Leilão nº 03/2014, realizado em 06 de junho de 2014, e ao Leilão nº 02/2015, realizado em 27 de abril de 2015, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Leilões" e "CCFARs", respectivamente), exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal término antecipado, a Emissora comprovar a existência de provimento administrativo ou jurisdicional autorizando a regular continuidade de suas atividades;
- (e) propositura de processo ou procedimento administrativo, judicial ou arbitral por parte da Emissora, das Fiadoras ou de quaisquer sociedades controladas pelas Fiadoras e/ou Coligadas da Emissora com o objetivo de questionar, no todo ou em parte, os documentos ou qualquer condição pactuados no âmbito da Emissão;
- (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais em valor (i) individual superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora e (ii) em valor individual superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para cada uma das Fiadoras, ou seu valor equivalente em outra moeda, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, conforme aplicáveis. Caso a declaração de vencimento antecipado de que trata este item decorra de dívidas contratadas junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), o valor de corte aqui mencionado não será aplicável, e o Evento de Inadimplimento restará imediatamente configurado independentemente de valor;
- (g) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante o BNDES ou suas subsidiárias, não comprovadamente regularizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar do vencimento da respectiva obrigação;
- (h) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora e/ou das Fiadoras que não as previstas na alínea "(f)" desta Cláusula 7.1.1, (i) em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora; e (ii) em valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou valor





equivalente em outras moedas para cada uma das Fiadoras, corrigidos a cada 12 (doze) meses contados da Data de Emissão; observado que, caso a Emissora apresente aos Debenturistas razões fundamentadas e, a critério dos Debenturistas, suficientes, para não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, e desde que os Debenturistas representando, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada pela Emissora em até 1 (um) Dia Útil após a declaração de vencimento antecipado de que trata esta alínea "(h)", concordem com as razões apresentadas pela Emissora e optem, expressamente, por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais obrigações, especificamente em razão da declaração de vencimento antecipado objeto de discussão naquele momento, não serão declaradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo da declaração de vencimento antecipado em momento oportuno em decorrência de nova (ou reiterada) declaração de vencimento antecipado de que trata esta alínea "(h)";

- (j) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelas Fiadoras, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sem prévia autorização dos Debenturistas que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 10.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;

7.1.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (a) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e das Fiadoras, exceto quando: (i) realizada dentro do mesmo grupo econômico e envolver exclusivamente sociedades controladas direta ou indiretamente pela Emissora (inclusive se tal Controle for compartilhado); (ii) se a Iberdrola Energía S.A. permanecer exercendo o Controle (direto ou indireto) na Neoenergia e/ou na Emissora, na forma praticada na Data de Emissão ou com maiores poderes políticos, conforme o caso; ou (iii) quando previamente aprovadas pelos Debenturistas, que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (b) protesto(s) de títulos cujo valor individual ou agregado não pago ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora ou cujo valor individual ou agregado não pago ultrapasse R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para cada





- uma das Fiadoras, salvo se, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da ciência do(s) referido(s) protesto(s), tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) os valores objeto do(s) protesto(s) foi(ram) devidamente pagos; (ii) forem prestadas e aceitas garantias em juízo; ou ainda (iii) os protesto(s) foi(ram) (iii.a) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, (iii.b) foi(ram) cancelado(s), ou (iii.c) foi(ram) suspenso(s);
- (c) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária a que estejam sujeitas no âmbito da Emissão, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, não regularizado em um período máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do descumprimento de referida obrigação pela Emissora e/ou Fiadoras, conforme o caso, ou no seu respectivo prazo de cura, se previsto;
- (d) alteração do atual Controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das SPEs Santana, exceto (1) se, cumulativamente: (i) uma das Fiadoras permanecer exercendo o Controle direto ou indireto da Emissora; e (ii) se a Emissora permanecer exercendo o Controle direto ou indireto das SPEs Santana; ou (2) se houver aprovação prévia pelos debenturistas que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (e) redução significativa na participação acionária direta das Fiadoras em qualquer de suas Controladas Relevantes, presumindo-se como significativa aquela redução que importe em diminuição da ordem de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido de qualquer das Controladas Relevantes;
- (f) alteração no objeto social da Emissora e/ou das SPEs Santana que descaracterize a atividade de produção de energia;
- (g) resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora, realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra distribuição de lucros prevista estatutariamente, caso a Emissora e/ou as Fiadoras estejam em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista nesta Escritura de Emissão;
- (h) não cumprimento de qualquer decisão irrecorrível ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva contra a Emissora e/ou as Fiadoras (i) em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora; ou (ii) em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para quaisquer das Fiadoras; em qualquer caso, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se comprovada a concessão de pedido cautelar em ação rescisória que suspenda os efeitos da referida decisão ou sentença;





- (i) existência de decisão ou sentença judicial, administrativa ou arbitral contra a Emissora que implique no efetivo desembolso de valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou contra quaisquer das Fiadoras que implique no efetivo desembolso de valor individual superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se: (i) referida decisão for revertida em um prazo de 30 (trinta) dias contados do desembolso; ou (ii) o desembolso ocorrer para fins de depósito (caução) no âmbito de processos judiciais, administrativos ou arbitrais para os quais ainda não tenha sido proferida sentença de 2º (segundo) grau;
- (j) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por quaisquer de seus respectivos administradores, no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (k) aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora, em destinação diversa da descrita na Cláusula IV desta Escritura de Emissão e/ou a alteração do escopo e da finalidade do Projeto de Investimentos sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto nesta Escritura de Emissão;
- (l) abandono total ou parcial e/ou paralisação na execução do Projeto de Investimentos, das operações das SPEs ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto de Investimentos que possa causar um “Efeito Adverso Relevante”, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (i) o Projeto de Investimentos, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (ii) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures; ou (iii) a capacidade da Emissora em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto de Investimentos aqui prevista; e
- (m) desde que não elidido em 2 (dois) Dias Úteis, a rescisão, encampação, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga, o advento do termo contratual sem a devida prorrogação, não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção de autorizações, instrumentos de outorga (incluindo as portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia autorizando a Emissora e as SPEs Santana a se estabelecerem como produtores independentes de energia mediante a implantação de suas respectivas centrais geradoras de energia eólica, conforme descritas no Anexo I à presente Escritura (em conjunto, as “Portarias”), subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as



26





ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, cuja ausência impeça a construção, desenvolvimento e manutenção do Projeto de Investimentos (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto de Investimentos) ou possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- (n) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou das Fiadoras de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação de matérias que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita, conforme aplicável, desde que não tenha sido sanado de forma satisfatória aos Debenturistas em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação a ser enviada pela Emissora;
- (p) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e das SPEs Santana, bem como destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relevantes relacionados ao Projeto de Investimentos;
- (q) caso quaisquer documentos referentes à Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou deixarem de ser executáveis, inclusive em relação à Fiança;
- (r) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência a terceiros ou promessa de transferência a terceiros, pelas Fiadoras, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de quaisquer bens ou ativos da Emissora ou das Fiadoras, exceto por cessão, venda, alienação e/ou transferência de bem(ns) ou ativo(s) em valor, individual ou agregado, igual ou inferior a 2% (dois por cento) de seus respectivos capitais sociais, ou seu equivalente em outras moedas.
- (s) não observância (i) pela Neoenergia, por 2 (dois) trimestres consecutivos e/ou 3 (três) trimestres alternados e/ou (ii) pela Elektro, anualmente, dos limites dos índices financeiros, com base nos demonstrativos financeiros auditados consolidados de cada uma das Fiadoras, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário, de "Dívida Líquida/EBITDA" que não poderá ser superior a 4,00 (quatro inteiros); e de "EBITDA/Resultado Financeiro" que não poderá ser inferior a 1,50 (um inteiro e cinco centésimos por cento), a serem apurados, trimestral ou anualmente, conforme o caso, a cada período de 12 (doze) meses, sendo a primeira apuração em ambos os casos referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016;





Para fins do disposto na alínea "(s)" acima, serão considerados os demonstrativos financeiros consolidados de cada uma das Fiadoras, conforme aplicável, onde:

- (i) "Dívida Líquida" significa a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos de cada uma das Fiadoras, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, incluindo as aplicações dadas em garantia aos financiamentos e títulos e valores mobiliários;
- (ii) "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) significa o lucro de cada uma das Fiadoras antes de Resultado Financeiro, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas; e
- (iii) "Resultado Financeiro" significa a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras das Fiadoras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1" (um).
- (t) descumprimento pela Emissora ou por quaisquer das SPEs da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido) que cause um Efeito Adverso Relevante, desde que não sanada no prazo de 15 (quinze) dias, exceto com relação a outras obrigações socioambientais que têm período de cura diverso do aqui disposto;
- (u) celebração de contratos de mútuo pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 10.1 e seguintes desta Escritura de Emissão. Dispensam tal aprovação a celebração de mútuos que forem realizados: (i) pela Emissora em quaisquer das SPEs Santana, desde que tais mútuos: (i.a) sejam previamente aprovados pelo BNDES; ou (i.b) tenham condições no mínimo iguais às praticadas no mercado (*arm's length*); ou (i.c) tenham valor anual de até R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) pelas Fiadoras na Emissora, desde que tais mútuos: (ii.a) sejam previamente aprovados pelo BNDES; ou (ii.b) tenham condições no mínimo iguais às praticadas no mercado (*arm's length*); ou (ii.c) sejam celebrados até o término da implantação do Projeto de Investimentos, destinados exclusivamente à implementação do Projeto de Investimentos, os quais deverão ser devolvidos ou capitalizados, conforme o caso, até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos de contrato de financiamento de longo prazo que vier a ser celebrado com o BNDES ("Contrato de Financiamento com o BNDES");
- (v) amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da Emissora;



- (w) constituição de garantias pela Emissora sem autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou pelas SPEs Santana, conforme aplicável a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, à exceção de: (i) quaisquer garantias fidejussórias, em valor individual e/ou acumulado superior a (i.a) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para cada uma das SPEs Santana e para a Emissora, se consideradas separadamente; e/ou (i.b) R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) para a Emissora e às SPEs Santana, se consideradas em conjunto; ou (ii) as garantias exigidas pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento com o BNDES e no Contrato de Cessão Fiduciária que vier a integrar o Contrato de Financiamento com o BNDES; ou (iii) aquelas garantias requeridas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL e/ou à CCEE e/ou à ONS;
- (x) concessão de preferência a outros créditos pela Emissora ou por quaisquer das SPEs Santana, exceto se no âmbito do Contrato de Financiamento com o BNDES ou no âmbito de financiamentos de longo prazo contratados com outros bancos de fomento da mesma natureza do BNDES; e
- (y) a Emissora ou as Fiadoras deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente e registrado na CVM.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 7.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos seus respectivos Debenturistas ou de notificação prévia à Emissora. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.1.2, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contadas da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

7.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.2, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previsto na Cláusula 10.5 desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, por declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.2 acima por falta de quórum, em segunda convocação, ou (ii) de não ser aprovado a declaração de vencimento antecipado das Debêntures em segunda Assembleia Geral de Debenturistas, por titulares que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50%





(cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 7.3 acima, o Agente Fiduciário não poderá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.4.1 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação, por escrito, enviada pelo Agente Fiduciário na mesma data em que for realizada a Assembleia Geral de Debenturistas aprovando a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, fora do âmbito da CETIP. Os Encargos Moratórios incidirão desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

7.4.2 Em caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

7.5. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 7.1 acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou, à falta deste, por outro índice escolhido de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Cláusula 5ª acima.

7.6. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, com ou sem alteração de taxas, incluindo, mas não se limitando a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização de principal, Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das Debêntures; (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES; (iii) não afete a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive no que diz respeito à Fiança; ou (iv) não afete a capacidade da Emissora e/ou das Fiadoras em cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto de Investimentos aqui previstas.

## CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições da Emissora e das Fiadoras:





- (a) contratar a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's ("Agência de Rating") para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se a: (i) manter a Agência de *Rating* contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta mantenha atualizada a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures, (ii) prestar todas as informações e enviar todos os documentos pertinentes solicitados pela Agência de *Rating*, (iii) permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula de classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações para os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Relatório de Rating"), observado que (1) a Agência de *Rating* deverá emitir os Relatórios de *Rating* anualmente, podendo o Agente Fiduciário solicitar Relatório de *Rating* atualizado em período inferior, mediante solicitação dos Debenturistas, e (2) os valores devidos à Agência de *Rating* para os fins aqui previstos deverão ser pagos pela Emissora, e (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de *Rating* no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora. Adicionalmente, a Emissora e as Fiadoras deverão comunicar, na mesma data em que tomarem conhecimento, ao Agente Fiduciário, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que caso a Agência de *Rating* cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação pelos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's, ou (ii) caso a nova agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta, hipótese em que essa Cláusula 8.1 será ajustada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- (b) encaminhar ao Agente Fiduciário:
- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, ou em até 10 (dez) dias contados das respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como (b) no caso da Emissora, declaração do Diretor de Relações com Investidores (ou seus procuradores), na forma de seu estatuto social, atestando: (1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (2) a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social, (c) no caso das Fiadoras, demonstrativo de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos limites





estabelecidos na alínea "(s)" da Cláusula 7.1.2 desta Escritura de Emissão, a ser realizado pelas Fiadoras com base nas demonstrações financeiras auditadas das Fiadoras, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou às Fiadoras todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (ii) em até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre do exercício social da Neoenergia, cópia de suas informações financeiras trimestrais, quando aplicável, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM nº 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM e aplicáveis à Neoenergia, bem como o demonstrativo de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos índices estabelecidos na alínea "(s)" da Cláusula 7.1.2 desta Escritura de Emissão, a ser realizado pela Neoenergia com base nas informações trimestrais revisadas da Neoenergia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou à Neoenergia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de suas publicações (impressa ou eletrônica), os atos e decisões referidos na Cláusula 5.23 desta Escritura de Emissão;
- (iv) no caso das Fiadoras, em até 1 (um) Dia Útil após a sua publicação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- (v) em até 7 (sete) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- (vii) informações sobre alterações estatutárias ocorridas que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão dentro de, no máximo, 15 (quinze) Dias Úteis após as referidas alterações;
- (viii) exclusivamente com relação à Emissora, manter o Projeto de Investimentos enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o





recebimento de qualquer intimação acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou sentença judicial transitada em julgado, que possa resultar no desenquadramento do Projeto de Investimentos como prioritário, nos termos da Lei 12.431; e

- (ix) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, informar por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou por qualquer sociedade do seu respectivo Grupo Econômico e/ou pelos respectivos Representantes.
- (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas normas editadas pela CVM, inclusive, no caso da Neoenergia, pela Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (e) manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador, a Agência de Rating, o ambiente de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- (f) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula IV desta Escritura de Emissão;
- (g) convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (h) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (i) no caso da Neoenergia, manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e, bem assim, juntamente com a Elektro Holding, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;





- (j) manter em adequado funcionamento o atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (k) atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (m) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (n) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria externa, por auditor independente registrado na CVM;
- (o) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (p) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (q) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da respectiva ocorrência, sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora ou das SPEs Santana, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (r) não tomar medidas que possam prejudicar a capacidade de pagamento da Emissora e/ou das SPEs;
- (s) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3





- (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (t) fornecer à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (s) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à CETIP as demais informações solicitadas por tais entidades;
- (u) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (v) cumprir a legislação pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como a legislação relativa a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo, procedendo todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais (exceto por aquelas determinações questionadas de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo), bem como adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social;
- (w) cumprir com a legislação e regulamentação ambientais necessárias à regular implementação e operação do Projeto de Investimentos, conforme seu estágio de desenvolvimento, e a operação das atividades da Emissora, exceto (i) por aquelas questionadas de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo ou (ii) pelas infrações imputadas à Emissora que estejam sendo defendidas ou discutidas de boa-fé pela Emissora;
- (x) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade dos demais créditos contra a Emissora e/ou as SPIs Santana, exceto no âmbito do Contrato de Financiamento com o BNDES ou no âmbito de financiamentos de longo prazo contratados com outros bancos de fomento da mesma natureza do BNDES;
- (y) encaminhar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, relatório de geração de energia contendo informações sobre a energia líquida gerada, o percentual de disponibilidade do parque eólico e a velocidade média do vento;





- (z) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (aa) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (bb) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (cc) cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (dd) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (ee) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, conforme aplicável;
- (ff) adotar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das leis ou regulamentos, nacionais ou estrangeiros, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública a que estejam sujeitos, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846 de 1 de agosto de 2013, Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010 ("Leis Anticorrupção"), na medida em que forem aplicáveis à Emissora e as Fiadoras, conforme o caso;
- (gg) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão e a Oferta não sejam empregados pela Emissora, seus diretores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções de administradores da Emissora (i) para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) para o pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) em ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de





entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) em quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) em qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; ou (vi) em um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido;

- (hh) executar e observar políticas e procedimentos destinados a assegurar a observância por seus respectivos conselheiros, diretores, empregados e agentes da Lei Anticorrupção aplicáveis;
- (ii) informar, por escrito ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso, sobre a violação das Leis Anticorrupção pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e por seus administradores e empregados, exceto quando o dever de sigilo e confidencialidade estiver prescrito em leis e regulamentação aplicáveis;
- (jj) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (kk) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração adversa relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora ou das Fiadoras não mais reflitam a real condição financeira da Emissora ou das Fiadoras; e
- (ll) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "(m)" da Cláusula 9.4 desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto na alínea "(n)" da Cláusula 9.4 desta Escritura de Emissão;

8.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der





causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

9.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (d) aceitar integralmente os termos da presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas e diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (e) estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- (g) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;





- (h) ser instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (i) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (k) assegurar, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo aos Debenturistas;
- (l) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (m) que a Fiança restará plenamente constituída, exequível e oponível perante terceiros mediante a assinatura da presente Escritura de Emissão e seus registros previstos nos incisos (ii) e (iii) da Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão;
- (n) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura de Emissão tem(têm) poderes bastantes para tanto.
- (o) aceita a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão; e
- (p) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na (i) 4ª (quarta) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em três séries, para distribuição pública, da Termopernambuco S.A. ("4ª Emissão da Termope"), com data de emissão em 15 de dezembro de 2013, em que foram emitidas 12.450 (doze mil, quatrocentas e cinquenta) debêntures para a 1ª série, 55.550 (cinquenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta) debêntures para a 2ª série e 12.000 (doze mil) debênture para a 3ª série, totalizando 80.000 (oitenta mil) debêntures na data de emissão, no valor de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), com data de vencimento em 15 de dezembro de 2017 para as debêntures da 1ª série, em 15 de dezembro de 2019 para as debêntures da 2ª série e 15 de dezembro de 2021 para as debêntures da 3ª série. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª Emissão da Termope são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Neoenergia, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("5ª Emissão da COSERN"), com data de emissão em 30 de março de 2016, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com data de vencimento em 30 de março de 2018. Até a presente





data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da COSERN são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Neoenergia, conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE ("6ª Emissão da CELPE"), com data de emissão em 18 de abril de 2016, em que foram emitidas 150 (cento e cinquenta) debêntures na data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com data de vencimento em 18 de abril de 2019. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da CELPE são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Neoenergia, conforme previsto na escritura de emissão; (iv) 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("8ª Emissão da COELBA"), com data de emissão em 20 de abril de 2019, em que foram emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures na data de emissão, no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com data de vencimento em 30 de março de 2018. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 8ª Emissão da COELBA são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Neoenergia, conforme previsto na escritura de emissão; (v) 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Companhia ("9ª Emissão da COELBA"), com data de emissão em 15 de outubro de 2016, em que foram emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures para a 1ª série, e 100.000 (cem mil) debêntures para a 2ª série, totalizando 400.000 (quatrocentas mil) debêntures na data de emissão, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com data de vencimento em 15 de outubro de 2019 para as debêntures da 1ª série, e 15 de outubro de 2021 para as debêntures da 2ª série. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 9ª Emissão da COELBA são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Neoenergia, conforme previsto na escritura de emissão; e (vi) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, sob o regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("6ª Emissão da Elektro Eletricidade"), com data de emissão em 12 de setembro de 2012, em que foram emitidas 22.000 (vinte e duas mil) debêntures para a 1ª série e 10.000 (dez mil) debêntures para a 2ª série e 33.000 (trinta e três mil) debêntures para a 3ª série, totalizando 465.000 (quatrocentas e sessenta e cinco mil) debêntures na data de emissão, no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), com data de vencimento em 12 de setembro de 2017 para as debêntures e 12 de setembro





de 2019 para as debêntures da 2ª série e 12 de setembro de 2022 para as debêntures da 3ª série. Até a presente data foi verificado evento de amortização e não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 6ª Emissão da Elektro Eletricidade não possuem garantais, conforme previsto na escritura de emissão.

9.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.4 abaixo.

9.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá ele comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas desta Emissão, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, averbado na JUCERJA e nos Cartórios de RTD.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.





9.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula 5.23 desta Escritura de Emissão.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM 28.

9.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA e nos Cartórios de RTD, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;





- (j) solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- (k) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (l) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.23 desta Escritura de Emissão, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;





- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário; e
- (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "(m)" acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório;
  - (iii) na sede da CVM;
  - (iv) na sede da CETIP; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, na forma da Cláusula 5.23 desta Escritura de Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "(n)" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição, integralização e aquisição das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- (s) notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelat e proteger os interesses dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - (i) à CVM; e





- (ii) à CETIP.
- (t) disponibilizar o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora diariamente aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website* ([www.pentagonotrustcc.com.br](http://www.pentagonotrustcc.com.br));
- (u) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (v) caso tome conhecimento, notificar a Emissora do descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis.

9.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e as Fiadoras para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora ou das Fiadoras, no caso da Fiança, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- (c) requerer a falência da Emissora e/ou das Fiadoras, nos termos da lei brasileira; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "(a)", "(b)" e "(c)" da Cláusula 9.5 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Para a hipótese prevista na alínea "(d)" da Cláusula 9.5 acima, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

9.5.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora,





independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, remuneração correspondente a R\$9.000,00 (nove mil reais), a serem pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento devido 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores. A primeira parcela será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.

9.6.1. As parcelas referentes à Cláusula 9.6 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

9.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2,0% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.3. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto sobre a Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.



Handwritten signature and a large blue arrow pointing upwards.





9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.6.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.

9.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 9.7 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega, à Emissora, de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

9.7.2. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, e assessoria legal ao Agente Fiduciário.

9.7.3. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, bem como o pagamento, pelos Debenturistas, da remuneração a que se refere a Cláusula 9.6 acima, caso inadimplida, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM nº 28, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.





9.7.4. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 9.7.3 acima os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.2. Convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

10.2.1. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias, contados da primeira convocação, e no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

10.2.2. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

10.3. Quorum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

10.4. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá a um representante dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM ou pelos Debenturistas.

10.5. Quorum de Deliberação. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.



10.5.1. As deliberações que digam respeito à modificação (i) da Data de Vencimento das Debêntures; (ii) das condições de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures e pagamento da Remuneração; (iii) da Remuneração; (iv) das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão; (v) das garantias; ou (vi) de qualquer um dos *quorums* de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura de Emissão, deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem, em primeira ou em segunda convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, na forma do disposto no artigo 71, §5º, da Lei das Sociedades por Ações. O *quorum* previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com o *quorum* para a declaração de vencimento antecipado estabelecido na Cláusula 7.2 acima.

10.5.1.1. Não obstante o *quorum* específico previsto na Cláusula 10.5.1 acima, as deliberações que digam respeito à renúncia ou perdão temporário (pedido de *waiver*) de quaisquer Eventos de Inadimplemento que possam resultar em vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto nas Cláusulas 7.1 e 7.2 acima, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou, em segunda convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5.2. Não estão incluídos no *quorum* a que se refere na Cláusula 10.5.1 acima os *quorums* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão.

10.5.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5.4. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.5.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. A Emissora e as Fiadoras declaram e garantem, individualmente e em relação a si própria, ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, que:





- (a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, no caso da Emissora e da Elektro Holding, e de companhia aberta, no caso da Neoenergia, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a prestar a Fiança, conforme o caso, e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança, conforme o caso, e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelas Fiadoras; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e das Fiadoras; (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura de Emissão e a Fiança, conforme o caso, constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, executíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) as informações constantes do Formulário de Referência da Neoenergia, bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta Restrita, se for o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (g) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (h) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) não tem conhecimento, até esta data, da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a **causar impacto substancial e adverso à Emissora ou às**



Fiadoras, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pelas Fiadoras à CVM e ao mercado;

- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora e das Fiadoras em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (l) exceto por determinadas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e judicial, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- (m) que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi estabelecida por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé, estando as Fiadoras de acordo;
- (n) até a presente data, nem a Emissora, nem as SPLs Santana, nem as Fiadoras e nem quaisquer de suas respectivas Controladas Relevantes ("Grupo Econômico") e respectivos diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seus respectivos benefícios ("Representantes") incorreu nas seguintes hipóteses, bem como têm ciência de que a Emissora, as Fiadoras, as sociedades do seu Grupo Econômico e seus respectivos representantes não podem: (i) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar





qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole a Lei Anticorrupção; ou (vi) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido;

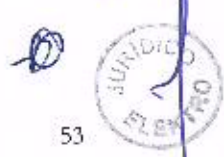
- (o) inexistência de violação ou investigação formal e/ou instauração de processo investigatório de qualquer natureza – administrativo ou judicial – por violação de qualquer dispositivo das Leis Anticorrupção pela Emissora, por suas respectivas controladas ou pelas Fiadoras. Adicionalmente a Emissora não tem conhecimento de violação às Leis Anticorrupção por suas Fiadoras;
- (p) conduziram seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção aplicável, bem como instituíram e mantiveram, bem como se obrigam a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos (conjuntamente denominadas “Obrigações Anticorrupção”);
- (q) as demonstrações financeiras da Emissora e das Fiadoras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2013, 2014 e 2015, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, bem como as informações trimestrais da Neoenergia relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016, são verdadeiras, completas, consistentes e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e das Fiadoras no período. Desde a data de tais demonstrações financeiras (incluindo as informações trimestrais) (i) não houve nenhuma alteração adversa relevante na situação financeira, econômica e/ou nos resultados operacionais da Emissora e/ou das Fiadoras, em suas projeções futuras ou resultados de suas operações; (ii) não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora; e (iii) não houve aumento substancial do endividamento da Emissora que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (r) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (s) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras, completas e consistentes em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (t) exceto pelos registros da AGF da Emissora e das RCAs das Fiadoras na JUCERJA e JUCESP, conforme aplicável, da efetiva publicação de referidos atos societários nos





termos da Lei das Sociedades por Ações e do consentimento do BNDES para realização da Emissão, nenhum outro registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental, órgão regulatório, credor ou fornecedor, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e pelas Fiadoras, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão;

- (u) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora e das Fiadoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil;
- (v) não há fatos relativos à Emissora, às Debêntures que, até a Data de Emissão, não tenham sido divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração desta Escritura de Emissão seja incompleta, enganosa, incorreta ou inverídica;
- (w) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar um impacto adverso na Emissora;
- (x) o Projeto de Investimentos tem válidas e vigentes todas as autorizações, licenças e alvarás exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais levando-se em consideração sua fase atual, sendo que, até a presente data, a Emissora não foi notificada acerca da revogação, suspensão ou extinção de quaisquer autorizações, licenças e alvarás listados acima ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão, extinção ou cancelamento de qualquer uma delas, exceto para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas autorizações, licenças e alvarás ou se nos casos em que tais autorizações, licenças e alvarás estejam em processo legal de renovação tempestiva;
- (y) cumprem, no seu melhor conhecimento, todas as leis e regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes, as regras, os regulamentos e as ordens aplicáveis em relação à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a regular execução das atividades da Emissora e/ou das Fiadoras, inclusive com relação ao disposto na legislação e regulamentação ambiental e trabalhista, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades relacionadas a seu objeto social, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora e/ou as Fiadoras esteja(m) discutindo a aplicabilidade da lei, regra, regulamento ou ordem nas esferas administrativa ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo;





- (z) não foram citadas, intimadas, notificadas ou de qualquer outra forma cientificadas do descumprimento de qualquer disposição contratual ou legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral;
- (aa) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (bb) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

11.2. A Emissora e as Fiadoras, assim que tomarem ciência do fato, obrigam-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 11.1 acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente na data em que foi prestada.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, por correio eletrônico ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente):

- (a) Se para Emissora:

**CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**

Praia do Flamengo, 78 – Sala 101

22210-030 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Sandro Marcondes

Cargo: Diretor Financeiro e de RI

Telefone: (21) 3235-9824

Fac-símile: (21) 3235-2810

E-mail: [relacionamentobancario@neoenergia.com](mailto:relacionamentobancario@neoenergia.com)

- (b) Se para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304

2640-102 – Rio de Janeiro, RJ





At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco  
Aurélio Ferreira  
Tel.: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: [operacional@pentagonotrustree.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustree.com.br)

(c) Se para o Escriturador e Banco Liquidante:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar  
06029-900 – Osasco, SP  
At.: Sr. João Batista de Souza  
Tel.: (55 11) 3684-7911  
Fax: (55 11) 3684-5646  
E-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br)/[4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br)

(d) Se para a Neocenergia:

**NEOENERGIA S.A.**

Praia do Flamengo, 78, 10º andar  
22210-030 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Sandro Marcondes  
Cargo: Diretor Financeiro e de RI  
Telefone: (21) 3235-9824  
Fac-símile: (21) 3235-2810  
E-mail: [relacionamentobancario@neoenergia.com](mailto:relacionamentobancario@neoenergia.com)

(e) Se para a Elektro Holding:

**ELEKTRO HOLDING S.A.**

Rua Ary Antenor de Souza, 321, Sala B, Jardim Nova América  
13053-024 – São Paulo, SP  
At. Sra. Simone Borsato  
Cargo: Diretora Executiva de Controladoria, Financeira e de Relações Com  
Investidores  
Telefone: (19) 2122-2090  
Fac-símile: (19) 2122-1561  
E-mail: [simone.borsato@elektro.com.br](mailto:simone.borsato@elektro.com.br)

12.2. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.3. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora





nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4. Despesas. Correrão por conta da Emissora todos os custos razoáveis e devidamente comprovados, incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador, da Agência de Rating e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, inclusive para a cobrança do crédito e das demais obrigações previstos nesta Escritura de Emissão ("Despesas").

12.5. Independência das Cláusulas. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.6. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CIE/TIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.7. As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

12.8. Lei Aplicável. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro. Fica eleito o Foro central da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões oriundas da presente Escritura de Emissão e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2016.



9





6RTD-RJ 21.12.2016  
PROTOK. 1 346923

1ºRTD CAMPINAS  
REGISTROº1.192.139

(ASSINATURAS SE ENCONTRAM NAS 4 (QUATRO) PÁGINAS SEGUINTE)

(REMANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO)






(Página de Assinaturas 1/5 da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Calango 6 Energia Renovável S.A.")

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.



Nome: **Laura Porto**  
Cargo: **Diretora**



Nome: **neoenergia**  
Cargo: **José Eduardo Pinheiro Santos Tanure**  
**Diretor de Regulação**

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-9000

088674AC838385

Reconheço por semelhança as firmas de: LAURA CRISTINA DA FONSECA  
PORTO e JOSE EDUARDO PINHEIRO SANTOS TANURE (X0000044A570)

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016 Conf. por: \_\_\_\_\_

da verdade da verdade Serventia 9,88

TJ+FUNDOS+ISS 4,02

Total 13,90

Luiz Claudio Alves de Viterbo - Rut  
EBVZ-71335 JYX, EBVZ-71336 SXS

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Luiz Claudio Alves de Viterbo  
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94  
Escritor - CADICG nº 94.16228

1º OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CAMPINAS

Av. Andrade Neves, 1192, Fone: 019 3294-3704 CNPJ: 05.653.207/0001-89  
Apresentado em 13/12/2016, protocolado e registrado em microfilme sob nº  
de ordem 1.192.139, nesta data.  
CAMPINAS (SP), 13/12/2016.

Escrevente autorizado(a)

  
**FELIPE ARAUJO VIEIRA**  
Oficial Substituto

OFICIAL ESTADO IPESP SINORRG JUSTICA M.P. ISSQN TOTAL  
7.697,76 2.487,78 1.127,92 405,15 528,31 369,49 384,66 13.701,2

Selos e taxas recolhidos na guia respectiva

**6º OFÍCIO**  
REGISTRO DE  
TÍTULOS E  
DOCUMENTOS  
[www.6rtd-rj.com.br](http://www.6rtd-rj.com.br)

6º OFÍCIO

O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado  
sob o número e data declarados à margem. O que certifico.

Sônia Maria Andrade dos Santos - OFICIAL - MATR. 90/126

Paulo César Andrade dos Santos - 1º SUBSTITUTO - CTPS nº: 26122/024 - RJ  
Marco André de A. Sabóia Santos - 2º SUBSTITUTO - CTPS nº: 25276/0015 - RN  
Cleia de Araújo Barreto - 3º SUBSTITUTO - CTPS nº: 23.4128/001-0 RJ  
Jorge Edm de Abreu Madal - 4º SUBSTITUTO - CTPS nº: 98966/058-RJ

Selo de Fiscalização Eletrônica: EBTX72680 GAC  
Consulte a Validade do Selo Em: <https://www3.tir.ti.us.br/silepublico>

0953774-4044375





6RTD-RJ 21.12.2016  
PROT. 1346923

1º RTD CAMPINAS  
REGISTRO Nº 1.192.139

(Página de Assinaturas 2/5 da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Calango 6 Energia Renovável S.A.")

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

*Vivianne Fernandez*

Nome:

Vivianne G. Fernandez

Cargo:

Procuradora

CPF: 118.692.097-10





(Página de Assinaturas 3/5 da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Calango 6 Energia Renovável S.A.")

NEOENERGIA S.A.

Tatiana Vasques

Nome: Tatiana Queiroga Vasques  
Cargo: Superintendente Financeiro

Renato de Almeida Rocha

Nome: Renato de Almeida Rocha  
Cargo: Diretor

Renato de Almeida Rocha  
Superintendente de  
Planejamento e Orçamento

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira 088674AC930393  
Rua do Carmo, 60 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9000

Reconheço por semelhança as firmas de: TATIANA QUEIROGA VASQUES e  
RENATO DE ALMEIDA ROCHA (X0000044RSCF)  
Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016. Conf. por: \_\_\_\_\_  
em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade. Serventia : 9,88  
TJ+FUNDOS+ISS : 4,02  
Total : 13,90

Luiz Claudio Alves de Viterbo - Aut  
EBVZ-71351 GJR, EBVZ-71352 GOR  
Consulte em <https://www3.ojri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Luiz Claudio Alves de Viterbo  
Art. 20 § 1º Lei 9.357/94  
Escritório - CADIC 17º 94.19.24





(Página de Assinaturas 4/5 da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Calango 6 Energia Renovável S.A.")

ELEKTRO HOLDING S.A.

x 

Nome:  
Cargo:

**Bianca Colombini Rosolen**  
Ger. Financeira e de RI

x 

Nome:  
Cargo:

**Wedson Romero Peres**  
Gerente Tributário





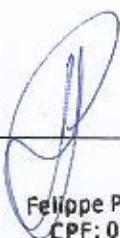
*(Página de Assinaturas 5/5 da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da NC Energia S.A.")*

TESTEMUNHAS

1.

Nome:

CPF:

  
Felipe Pismel Rocha Cruz  
CPF: 057.686.777-20  
RG: 12744026-1

2.

Nome:

CPF:

  
Alice Maria G. de Brito Camisão  
Analista Financeiro  
CPF: 100.546.497-90

